

ACTA N.º 05/ 05



Aos quinze dias do mês de Setembro de dois mil e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Lançamento da Derrama para o ano de 2006;

Ponto dois – Actividade Camarária;

O **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou a sessão pelos pedidos de substituição. Da CDU, pediram substituição os deputados Fernando Esperança e a deputada Susana Domingues, que foram substituídos, respectivamente, pelos deputados António Mendes e Artur Marques; do PS, pediu substituição o deputado, Jorge Martins, que foi substituído pelo deputado Raul Coelho Silva; e, por fim, do PSD, o deputado António Cabeço, foi substituído pelo deputado António Reis Paulo. Por se encontrar ausente a primeira secretária da Assembleia, solicitou à deputada Dina Domingues que o coadjuvasse na mesa. Seguidamente, agradeceu a presença de todos, fazendo referência que se tratava da última sessão da Assembleia daquele mandato e legislatura. De seguida, anunciou que se ia passar à votação das Actas da Assembleia Municipal. Passou à votação a acta nº 7/04 de 28/12/2004, aprovada por maioria com 22 votos favoráveis e uma abstenção por ausência; a acta nº 1/05 de 25 de Fevereiro de 2005, aprovada por unanimidade com 23 votos favoráveis; acta nº 2/05 de 29 de Abril de 2005, aprovada por unanimidade com 23 votos favoráveis; acta nº 3/05 de 3 de Junho de 2005, aprovada por maioria com 22 votos favoráveis e uma abstenção por ausência, e por fim a acta nº 04/05 de 11 de Julho de 2005, aprovada por maioria com 20 votos favoráveis e 3 abstenções por ausência. Passou de imediato à referência ao correio recebido, destacando um documento do grupo parlamentar do PCP, sobre o aumento das competências das Assembleias Municipais; um da Associação Nacional de Municípios sobre a Campanha Mundial a favor dos objectivos do milénio para o desenvolvimento das Nações Unidas; um documento do STAL, a ser distribuído a todos os presentes, referente à Lei da Água e, por fim, um do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Celulose sobre um despedimento colectivo ocorrido numa empresa da Marinha Grande, para além da restante correspondência, que se encontrava à disposição de todos. Por fim, fez referência que estavam abertas as inscrições para o período de antes da Ordem do Dia.

O deputado da CDU, **Sérgio Moiteiro**, começou por referir que se tratava da última sessão em que participava, pelo motivo de não ser candidato àquele órgão nas eleições autárquicas seguintes. Referiu que enquanto membro da Assembleia sempre empenhou todas as suas capacidades e alguns dos seus conhecimentos na defesa das posições que considerava mais correctas, quer ao nível social, quer a outros níveis, procurando sempre denunciar as situações problemáticas de que tinha conhecimento, a fim de obter a colaboração da Assembleia com as suas posições.

Seguidamente desejou aos futuros membros da Assembleia Municipal os melhores êxitos nos trabalhos que iriam desenvolver.

Posto isto, o deputado apresentou uma moção de solidariedade para com as vítimas da catástrofe de Nova Orleães, que leu e que se encontra como anexo nº 1 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou que se encontrava aberta a discussão da moção ora apresentada, para posterior votação. Não havendo intervenções passou à sua votação, resultando a sua aprovação por unanimidade com 24 votos favoráveis, solicitando à Câmara o seu envio para publicação nos jornais locais. Seguidamente, anunciou que se ia fazer 1 minuto de silêncio em memória das vítimas da catástrofe de Nova Orleães.

A deputada da CDU, **Teresa Neves**, apresentou uma moção respeitante à aprovação de uma Lei-quadro da água, que se encontra como anexo nº 2 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a moção vinha na sequência de um documento emitido pelo STAL, tendo sido entregue uma cópia a cada deputado no início da sessão. Posto isto, anunciou que estava aberta a discussão da moção, de forma a constatar se era possível o consenso dos deputados.

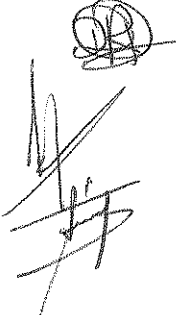
O deputado da CDU, Artur Marques, tomou assento na Assembleia pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos.

O deputado do PS, **Curto Ribeiro**, começou por referir que considerava a questão da água fundamental e muito pertinente futuramente pelo que considerava importante que se legislasse sobre aquela matéria. Acrescentou que lhe parecia precipitado tomar posição sobre uma matéria que, pelo que se informou, não estava previsto nem agendada para discussão na Assembleia da República. Nesse sentido, disse que considerava a moção em causa desajustada, mas que por se tratar de um assunto muito sensível e de extrema importância para todos os cidadãos, considerava que as autarquias deviam estar atentas. Por fim, solicitou à Câmara, caso tivesse alguma informação adicional relativamente ao assunto em discussão, que informasse a Assembleia, por forma aos deputados poderem ajuizar melhor.

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o documento do STAL fazia referência à discussão de duas propostas de Lei do Governo, nº 19 e nº 22, respeitantes à Lei da água. Nesse sentido, questionou o deputado Osvaldo Castro, por também ser deputado da Assembleia da República, se podia prestar algum esclarecimento de forma a terem uma visão mais realista.

O deputado do PS, **Osvaldo Castro**, esclareceu que tinha na sua posse o boletim oficial da Assembleia da República, o qual era distribuído diariamente, e que não constava, nos agendamentos até 29 de Setembro, qualquer referência a essa proposta ou projecto de Lei. Acrescentou que por se estar numa fase inicial do processo legislativo, era prematuro votar uma moção que incidia sobre uma proposta de lei que ainda não era conhecida, não tendo condições para votar com seriedade aquela moção.

A deputada **Teresa Neves** referiu que a informação que obtivera era que o assunto tinha sido agendado para o dia 29 de Setembro de 2005, mas que ao se verificar que não era naquela data, retiraria a referência. Acrescentou que o teor da moção ia no sentido das intervenções dos deputados anteriores, e que era devido à falta de conhecimento sobre uma questão essencial, que no texto da moção exigia que o processo fosse desde já suspenso e que se promovesse uma discussão pública em torno daquelas questões.



O deputado do PSD, **Pedro Silva**, comentou que os considerandos constantes da moção, pressupunham um grande conhecimento da Lei, uma vez que referiam um conjunto grande de informação que ainda não estava disponível. Acrescentou que não podiam votar a moção por desconhecer o projecto-lei e que não tinham conhecimentos para poder aceitar ou rejeitar aquele tipo de considerações. Nesse sentido, propôs que se retirasse do texto da moção todos os considerandos, ficando apenas a parte inicial e a parte final, por se tratarem de questões gerais sobre a utilização da água, com vista à participação das autarquias e dos cidadãos.

O deputado **Oswaldo Castro** disse que esclareceu a questão da data por considerar que a deputada Teresa Neves tinha sido induzida em erro, tendo-lhe sido dito que foi agendado algo que ainda não estava. Acrescentou que se a deputada retirasse os considerandos e a referência a que o processo legislativo em curso fosse suspenso, por considerar aquela última uma intromissão absurda dum órgão (Assembleia Municipal), na actividade da Assembleia da República, não se opunha a que a moção fosse aprovada. Referiu que considerava que era útil que esta temática fosse apenas discutida na altura oportuna, quando todos tivessem conhecimento do diploma e se pudessem pronunciar sobre algo em concreto que à data, não conheciam.

O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à deputada Teresa Neves que ponderasse a possibilidade de alterar o texto da moção, de acordo com o solicitado pelos deputados, para que pudessem em consciência votá-la.

A deputada **Teresa Neves** disse que apesar de entender a posição tomada pelos deputados, considerava importante que se chegasse a consenso para aprovação daquela moção, pelo que estava disponível para retirar os considerandos, uma vez que era uma análise sobre a Lei-Quadro. Relativamente à retirada do ponto 1, disse que se o fizesse a moção ficava desprovida de significado, uma vez que considerava que para que a discussão pública se efectivasse, era necessário que se suspendesse o processo legislativo.

O deputado **Saúl Fragata** reforçou que era importante que se chegasse a consenso relativamente a uma questão tão importante como a da água, no intuito da defesa das populações. Disse que independentemente de alguma correcção que se pudesse fazer, considerava que a Assembleia Municipal estava em condições de aprovar uma moção que fosse ter eco noutras instâncias, e que fosse o reflexo do que tem sido a posição mais ou menos unânime da Assembleia relativamente à temática da água.

O deputado **Aníbal Curto** disse que partilhava da mesma opinião do deputado Oswaldo Castro e Pedro Silva, de que a Assembleia Municipal só podia aprovar generalidades, dado que não existia sessão legislativa agendada e que considerava que aprovar aquela moção não teria efeito nenhum. Acrescentou que relativamente a essa matéria, a melhor forma de defender os interesses dos cidadãos era ou pela intervenção individual da Câmara ou pelas associações de municípios. Reforçou que a Assembleia devia procurar alertar a Câmara para aquelas situações quer através dela própria quer através das associações de municípios, com o intuito de reforçar o papel dos municípios na defesa daqueles serviços, que, para além de serem bens comuns dos cidadãos, eram também actividades que as Câmaras pretendiam preservar na sua gestão.

O deputado **Pedro Silva** começou por questionar se era possível a uma Assembleia Municipal solicitar a suspensão de um processo legislativo em curso, ou se, ao fazê-lo, não estava a incorrer alguma ilegalidade. Neste sentido, propôs que o ponto 1 da moção, passasse a 4, com a seguinte redacção "... o processo legislativo em curso fosse condicionado ao anteriormente exposto...". Explicou que a intenção não era colocar o assunto na gaveta, mas antes condicionar aquela parte da participação e da consulta.

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conta de uma nova versão da moção, entregue pela deputada Teresa Neves, fazendo referência apenas às alterações propostas.

A deputada **Teresa Neves** referiu que o que estava em causa era que não fazia sentido aprovar uma discussão pública sem que houvesse suspensão do próprio processo legislativo, e que aquela era uma questão essencial da moção que tinham apresentado. Reforçou que na sua opinião só se fosse suspenso o processo legislativo é que a discussão pública se faria, havendo assim mais tempo para a recolha de contribuições de todos os interessados.

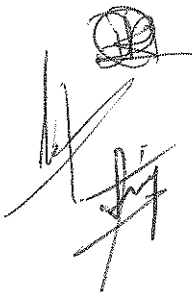
O deputado **Rui Rodrigues** apresentou uma proposta de moção do PS. Acrescentou que a moção tinha em conta o teor das intervenções dos deputados durante a discussão.

O **Presidente da Assembleia Municipal** tendo em conta que não foi possível conciliar as moções apresentadas, recordou que estavam para aprovação duas moções; uma primeira, apresentada pela CDU, e a segunda pelo PS. Começou por pôr à votação em primeiro lugar, a moção proposta pela CDU, a qual foi rejeitada com 12 votos contra e 8 votos a favor.

O deputado **Sérgio Moiteiro** interrompeu a discussão referindo que consideravam que o texto da moção apresentado pelo PS não era uma moção do PS, mas antes a alteração que o PS fez à moção apresentada pela CDU, pelo que, considerava que não se devia votar daquela forma.

O deputado **Telmo Ferraz**, disse que a preocupação do PS era mesmo o tema da água e não as questões de pormenor, e por isso iam reformulá-la. Seguidamente, e por se tratar da última sessão da Assembleia Municipal desta legislatura, teceu uns breves comentários. No que dizia respeito aos membros da Assembleia Municipal deixou uma palavra de apreço por terem dado o melhor de si para que as Assembleias Municipais tivessem a dignidade que a Marinha Grande sempre se habituou a ver nas suas sessões. Dirigiu também uma palavra aos senhores vereadores do executivo, que se encontravam em cessação de funções. Começou por se referir ao Dr. Joaquim Pereira, salientando a preocupação que teve no aspecto social do Concelho, pelo seu mérito, apesar de se tratar de um programa definido pelo PS, teceu ainda algumas considerações ao Vereador Armando Constâncio, pelo seu empenhamento, que contribuiu para a melhoria significativa da vida das populações e da vida económica do Concelho, e também ao Presidente da Câmara, a que chamou líder de uma equipa que tinha transformado a Marinha Grande, reconhecendo o trabalho por ele executado juntamente com a restante equipa.

O deputado **Aníbal Curto** fez referência a uma convocatória para uma reunião dos membros da Assembleia Municipal que tivera lugar no mês de Agosto, à qual não tinha



podido estar presente pelo motivo de se encontrar em gozo de férias, pelo que não conhecia os documentos discutidos. Nesse sentido, referiu que apesar dos considerandos que constavam da referida convocatória, reforçando o carácter sigiloso da referida reunião e de que não podia ser divulgado o seu conteúdo, tinha surgido num jornal local a informação de que determinado executivo da coordenadora da Marinha Grande da CDU, tinha discutido o documento. Questionou o Presidente da Assembleia Municipal sobre o que ia fazer perante a divulgação do documento que serviu de ordem de trabalho de uma reunião partidária, uma vez que quando marcara a reunião tinha referido que era proibida a sua difusão. Acrescentou que lhe parecia pouco ético que aquela situação ocorresse e que os membros da Assembleia tivessem sido utilizados para a divulgação daquele documento. Por fim, disse que tendo em conta que a Câmara tinha 15 ou 30 dias para fazer o contraditório daquele relatório, considerava que se devia ter aguardado aquele período e só depois fazer uma reunião mais enriquecida, em que os deputados tivessem já um conhecimento mais aprofundado, considerando também o que a Câmara entendesse por bem contraditar.

O deputado **Pedro Silva** pediu esclarecimentos também relativamente a esta questão, pelo facto de ter aparecido nos jornais referência à reunião e ao relatório, apesar do seu carácter sigiloso. Deu conta que o PSD considerava que a população da Marinha Grande, por se estar em véspera de eleições, devia conhecer o que o IGAT pensava sobre a gestão da Câmara da Marinha, mas que por respeito à autoridade do Presidente da Assembleia Municipal, e apesar das pressões para o fazerem, não tinham divulgado qualquer informação naquele sentido. Recordou que de acordo com a convocatória era dito que quem quebrasse o sigilo iria arcar com as consequências, pelo que, constatando que houve um comunicado da CDU, questionou se iriam ser assacadas consequências àquele partido.

O deputado **Fernando Alves** começou por dizer que também concordava que se o assunto era sigiloso não devia ter sido comentado. A este propósito chamou a atenção que apesar da CDU ter levado o assunto para os jornais, na semana anterior, o jornal da Marinha Grande fizera referência ao referido relatório do IGAT e à reunião da Assembleia Municipal, o que era revelador de que o sigilo tinha sido quebrado anteriormente.

O deputado do PS, **Franklin Ventura**, disse que não aceitava suspeições de que tinha sido o PS quem tinha revelado o assunto para os jornais. Seguidamente e porque também estava no final do mandato, deixou, em nome dos Moitenses, um agradecimento público, quer aos funcionários da Câmara, quer aos autarcas, pela forma como sempre o atenderam. Teceu ainda alguns agradecimentos personalizados aos Vereadores em exercício. Começou por agradecer ao Dr. Joaquim João Pereira, pela forma como resolveu problemas graves da área da acção social, na Moita; ao Dr. João Paulo Pedrosa, pelo que fez pelo desporto, cultura e também ao nível das infraestruturas de ensino básico e jardins-de-infância. Ao vice-presidente da Câmara, Armando Constâncio, agradeceu o seu empenhamento que permitiu uma nova imagem da Moita, com ruas novas, jardins, e também ao Sr. Presidente da Câmara, apesar de ausente, recordando que desde a altura em que a Moita tentou passar para o Concelho da Marinha Grande, esteve sempre a lado dos moitenses. Agradeceu ainda aos restantes vereadores e ao conjunto do executivo da Câmara Municipal. Dirigindo-se aos deputados que iriam permanecer na Assembleia Municipal, solicitou que fizessem o


melhor possível em prol das populações, para que o confronto político desse resultados para os cidadãos, e aos que viessem a ser eleitos, apelou a que respeitassem o trabalho feito pelos seus antecessores e procurassem também criar formas de bem-estar para toda a população. Por fim, pediu desculpas se inadvertidamente tivesse ofendido alguém.

O deputado **Saúl Fragata** referiu-se também ao relatório do IGAT, dizendo que apesar de ninguém poder ser condenado antes de julgado e do processo ter o seu epílogo, havia situações que deviam ser melhor esclarecidas. A este propósito, comentou que apesar de não querer falar de suspeições era preciso alertar para irregularidades que se cometiam, nomeadamente, a presença de processos em reunião de Câmara informados de irregularidades, sem pareceres técnicos, que depois tinham que ser novamente analisados, por se ter detectado que não podiam passar. Acrescentou que por coincidência, numa altura em que a Câmara recebeu o relatório do IGAT, o Ministro da Administração Interna suspendeu todos os processos do IGAT.

O deputado da CDU, **António Mendes**, a propósito da reunião sigilosa da Assembleia Municipal, reforçou que se tratou de uma reunião feita por e com pessoas responsáveis e sendo o Presidente da Assembleia Municipal uma pessoa responsável, assumia a responsabilidade pelo que fazia. Referiu que se devia ponderar o que era mais gravoso, se a reunião solicitada pelo Presidente da Assembleia Municipal, se o conteúdo do relatório do IGAT.

A deputada do PS, **Dina Domingues**, fez um agradecimento a todos aqueles que lhe forneceram as bases e lhe ensinaram uma forma de estar e de fazer política, acreditando incondicionalmente nas possibilidades de desenvolvimento da Marinha Grande. Por fim, disse que não tinha dúvidas em afirmar que o balanço era positivo, desejando a quem viesse a seguir, que a experiência fosse tão gratificante como foi para si, e que procurassem transformar a Marinha Grande num concelho onde cada vez mais valesse a pena viver.

O vereador **João Paulo Pedrosa** começou por esclarecer que ao longo dos últimos 8 anos de mandato enquanto vereador, procurou dar sempre o máximo de colaboração possível aos seus colegas da Câmara Municipal e deputados da Assembleia Municipal, bem como prestar esclarecimentos nas sessões da Assembleia Municipal. Relativamente à reunião convocada pelo Presidente da Assembleia Municipal disse que aceitou o convite, tendo-se disponibilizado para prestar os esclarecimentos e responder às questões que lhe fossem colocadas. Deu conta que logo nessa data já havia jornalistas com conhecimento das matérias e da carta do Presidente da Assembleia Municipal e que quando confrontado por aqueles, remeteu as explicações que fossem necessárias para o próprio Presidente da Assembleia Municipal. Esclareceu que independentemente do momento político eleitoral que atravessavam, as questões de justiça eram muito importantes e na qualidade de Vereador da Câmara, considerava que tinha de respeitar o órgão da Assembleia Municipal e os deputados. Seguidamente explicou que nas matérias respeitantes a deliberações de Câmara, quer de obras, quer de empreitadas, se encontravam sempre disponíveis na Câmara, com um dia de antecedência, relativamente às reuniões de Câmara, para consulta por parte dos vereadores. Acrescentou que o procedimento correcto que defendia era que os processos fossem o mais participado possível por todos e discutidos amplamente. Disse que apesar de admitir que por vezes se cometesse algum erro, não acontecia levar processos à Câmara sem parecer técnico.



O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu os presentes que a reunião que convocou não teve quórum para ser uma Assembleia Municipal, e que da sua parte, até à data, não tinha dito a ninguém o que se tinha tratado naquela reunião. Referiu que convocou a reunião por entender que devia dar uma informação aos deputados sobre um determinado assunto, para o que consultou todos os líderes das bancadas parlamentares, que não viram nenhum inconveniente quanto à sua realização. Acrescentou que tinha o respectivo relatório em seu poder e que quando terminasse o seu mandato, entregá-lo-ia ao futuro Presidente da Assembleia Municipal. Reforçou que apesar das solicitações de algumas instâncias e órgãos de comunicação social, não fez qualquer declaração sobre o que foi discutido naquela reunião, nem sobre o que era o relatório, por entender tratar-se de uma matéria sigilosa. Por fim, e porque se tratava da última sessão da Assembleia Municipal daquela legislatura, fez um agradecimento a todos os que consigo colaboraram e que estiveram na Assembleia Municipal, referindo que aprendeu com todos, mesmo com aqueles que o criticaram. Seguidamente agradeceu o contributo de todos os deputados que estavam de partida, desejando-lhes as maiores felicidades na sua vida futura. Acrescentou que independentemente das posições que cada um tinha sobre os problemas, era da discussão desses problemas que vinha a luz, para que o Concelho avançasse, e que o importante era que estivessem todos imbuídos da mesma vontade de desenvolver o Concelho.

O Vereador **Armando Constâncio** começou por dizer que se tratava da última presença naquele órgão e por isso saudou o Presidente da Assembleia Municipal e em si toda a Assembleia Municipal. Seguidamente fez referência a uma figura que fazia parte da Assembleia Municipal e que infelizmente já desaparecera, o Dr. José Inácio, que para além de um competente político, um homem sério, que fazia da sua postura na política um acto de lealdade, era também um excelente pai, marido e amigo. Saudou também em particular a bancada da CDU, pela forma como fez uma oposição aguerrida e sem ser ofensiva e por isso digna do seu reconhecimento. Fez também um pedido de desculpas aos presentes caso se tivesse excedido algumas vezes, referindo que era esse o seu estilo próprio de estar na discussão das coisas, e que nunca teve a intenção de ofender ninguém. De seguida saudou três figuras importantes da Assembleia Municipal, os Presidentes de Junta de Freguesia, com quem teve sempre uma colaboração franca, aberta, levando a sua inexcedível capacidade de trabalho e dedicação à terra. Agradeceu também aos deputados do PSD, referindo que do ponto de vista da actividade política que desenvolveram, não tinha qualquer razão de queixa. Relativamente à sua bancada, disse que independentemente de algumas situações menos próprias, no geral agradecia toda a colaboração dada. Por fim, disse que apesar de desde Março não ter contacto com as tarefas executivas da Câmara, não tendo acesso quer aos documentos, quer a assuntos, iria fazer os possíveis para responder a quaisquer dúvidas que os deputados colocassem, apesar de poder ter alguma dificuldade.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, constatando que o deputado Rui Rodrigues concluíra a redacção definitiva da moção do PS sobre a questão da água, colocou a mesma à votação, resultando a sua aprovação por maioria com 14 votos a favor e 7 abstenções, que se encontra como anexo nº 3 á presente acta.

A deputada **Teresa Neves** declarou que se absteve em relação à moção ora apresentada, porque na redacção da mesma foram utilizadas considerações contidas na moção da

CDU e porque considerava que o cumprimento dos pontos 1, 2 e 3 da moção, passava obrigatoriamente pela suspensão do processo legislativo.

O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que subscrevia a declaração de voto da deputada Teresa Neves.

O deputado **Fernando Alves** em declaração de voto disse que apesar da moção da CDU ter sido reprovada, votou favoravelmente por considerar importante que se fizesse chegar alguma coisa às entidades com responsabilidade naquela matéria.

Findas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou que se ia dar início à discussão do 1º ponto da Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – “LANÇAMENTO DA DERRAMA”

O deputado **Pedro Silva** fez referência que num cenário de crise económica para as empresas, constataria que a Câmara estava praticamente no limite máximo da derrama, e que considerava que aquela deveria imputar taxas mais baixas de forma a ajudar a economia das empresas.

O deputado **Telmo Ferraz** comentou que apesar de reconhecer as dificuldades da economia do Concelho, a derrama era um imposto calculado sobre as empresas que pagavam IRC, como tal, apesar das dificuldades, e reconhecida a necessidade daquele imposto, salientou o facto de ainda existirem empresas que continuavam a ter resultados positivos.

Findas as intervenções e presente deliberação camarária relativa à aprovação do lançamento **da Derrama para o ano de 2006, fixando-a em 9%**, nos termos do n.º1 e 2, do art.º 18º, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, comprometendo-se a utilizar a receita arrecadada nas obras a adjudicar no âmbito da Requalificação da Ribeira das Bernardas bem como na Requalificação do Mercado de Vieira de Leiria.

Depois de analisados os documentos supra referidos e verificando-se que estão devidamente fundamentados pela legislação em vigor, foram aprovados por maioria, com 20 votos a favor, 0 votos contra e uma abstenção.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 21 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.
que se encontra como anexo nº 4 à presente acta.

PONTO DOIS - “ACTIVIDADE CAMARÁRIA”

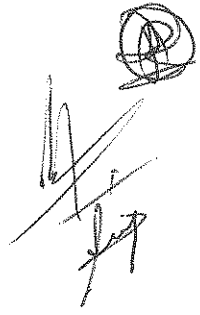
A deputada **Teresa Neves** começou por explicar que a sua decisão de não integrar as listas nas próximas eleições se prendia com os compromissos profissionais que assumiu, como tal, considerava inconciliável a sua permanência naquele órgão. Saliou que aquilo que mais gostou foi a descoberta do prazer da discussão política e do confronto de opiniões ideológicas, o que considerou que a tornou mais forte nas suas convicções. Referiu-se também a alguns aspectos negativos, que a magoaram, nomeadamente, o ataque pessoal, e o facto de ter sido considerada “estrangeira” numa terra que também considerava sua. Por fim, manifestou o seu desejo que as Assembleias Municipais continuassem sempre a actuar como órgão fiscalizador, solicitando que exercessem essa sua competência de uma maneira mais nobre.

O deputado **Albino Reis Paulo** referiu-se a um conjunto de obras para a Vieira que estavam inscritas no programa do PS e que não foram concretizadas, nomeadamente, a construção de um novo centro de saúde, complementado por um centro de convívio para idosos; os arranjos no mercado da Vieira; a variante da Praia da Vieira; o reforço da sinalização e iluminação pública; a existência de ruas em péssimo estado, entre outras. Deu conta do início de outras obras que já iriam ser pagas no próximo orçamento de 2006, pelo próximo executivo que viesse a ser eleito. Seguidamente fez alusão a um conjunto de obras que considerava de extrema importância para a melhoria de qualidade de vida na Vieira e para o Turismo no Concelho. Referiu-se aos Talhões na Vieira, relativamente ao qual existia já um Plano de Pormenor efectuado mas que desconhecia o seu ponto de situação; à inexistência de resguardos no depósito de abastecimento de água da Praia da Vieira, que se encontrava a céu aberto e com necessidade de ser restaurado; à inexistência de saneamento nalguns locais, e à necessidade de reflorestação da mata. Por fim, apelou a que a Câmara procurasse definir prioridades e que se lembrasse mais da Vieira de Leiria.

O deputado **António Mendes** referiu que apesar das promessas por parte do executivo, de intervir nos lugares, na realidade constaram que comparativamente com o centro da cidade, os lugares continuavam pobres, e que era urgente que se verificassem determinadas situações. Pediu um esclarecimento quanto ao novo mercado, recordando que a CDU sempre se opusera à localização escolhida, mas que era dito que a CDU pretendia tornar o negócio ruinoso. Por fim, disse a todos os presentes que a Embra, para a autarquia da Marinha Grande era uma mentira, pedindo que o transmitissem ao Presidente a Câmara.

O deputado **Pedro Silva** questionou a Câmara para quando estava prevista o fecho da antiga fábrica IVIMA, sendo deplorável a situação de toxicoddependência que ali se verificava. Reforçou que a droga era um problema de todas as cidades e sociedades, no entanto, lamentou que se deixasse chegar aquela fábrica a um verdadeiro Paraíso para todos os toxicoddependentes, uma vez que a fama daquele espaço já se tinha espalhado pelo País.

O deputado **Saúl Fragata** começou por referir que era lamentável, dado que havia culpas por parte da Câmara, que a ponte sobre o Rio Lis, na Praia da Vieira, tivesse



estado todo o Verão com uma parte impedida, sendo nesse período do ano que os acessos à praia eram mais utilizados e necessários. Falou de seguida do mau estado em que se encontrava a estrada da Mata, referindo que pertencia ao Concelho, que era administrado pela autarquia. Fez novamente referência à inexistência de escapatórias da Praia da Vieira, apesar de melhoradas, como a estrada Atlântica, e que era muito importante que se pensasse noutras alternativas. Seguidamente, recordou que numa Assembleia anterior, denunciou o problema da rotunda da Portela, e que naquela data lhe foram dadas respostas depreciativas, no entanto, passado este tempo, constatou a existência de um abaixo-assinado dos moradores naquele local, a queixarem-se daquela situação. Disse que condenava que alguns trabalhadores da autarquia da Marinha Grande tivessem retirado uma estrutura de propaganda da CDU, que já estava há muito tempo na obra do jardim que estava a ser feito na Ordem, por não incomodar os trabalhos. De seguida, fez uma análise à situação financeira da Câmara dizendo que decorridos 9 meses do ano, constatou que as despesas de capital eram mais altas cerca de 2 milhões do que as despesas correntes, e que mesmo assim ficavam abaixo do inicialmente previsto. Referiu que o investimento no Orçamento estava sobreavaliado e que mais uma vez não era para cumprir, prevendo-se que não ia atingir 45% a 50% até ao final do ano. Reforçou que as críticas que a CDU fazia constantemente ao Orçamento tinham justificação ao analisar aquela que era a segunda versão do Orçamento. Acrescentou que com apreensão constataram que comparativamente com o ano de 2004, as transferências correntes subiram em cerca de 27% de 2004 para 2005, registando-se um aumento nos subsídios e nas outras despesas correntes, em que a subida foi de 66,3%. Disse que perante os documentos apresentados considerava que a Câmara devia ter tido mais cuidado na gestão dos dinheiros públicos, para o que era necessária mais ética e bom senso.

Por fim, deu conta que a situação financeira dos municípios, de uma maneira geral, era calamitosa e que a da Marinha Grande, em particular, por estar entre os 30 municípios que tinham esgotamento de financiamento.

O deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, **Paulo Vicente**, esclareceu que a estrada da Mata estava prevista no Plano Plurianual de Investimentos e no Orçamento da Câmara, mas como aquela estrada estava a ser danificada pela extracção de madeiras derivadas dos incêndios de 2003, consideravam que era mau investimento recuperá-la naquele ano. No que dizia respeito à ponte na Praia da Vieira, explicou que a sua interdição foi na sequência de um pedido efectuado pela Junta de Freguesia e a Câmara, para que o Governo inspeccionasse aquela ponte. Clarificou que a prospecção efectuada pelo LNEC, registou alguns problemas de segurança e por isso foram notificados para interditar a passagem.

O deputado **Fernando Alves** fez um apelo à Câmara Municipal para que tivesse em atenção as zonas verdes circundantes do Bairro do Camarnal, uma vez que as casas já se encontravam habitadas e os espaços envolventes foram deixados ao abandono, encontrando-se sem qualquer dignidade. Seguidamente referiu-se a São Pedro de Moel, uma zona turística por excelência, e relativamente à qual ouviu diversas queixas durante o verão, nomeadamente, a existência de muito lixo e a estrutura do chuveiro de água doce na praia estar danificado, o que provocara alguns incidentes. Referiu que era importante que se cuidasse melhor aquele local, uma vez que era imagem do Concelho que estava em questão.

Da parte da Câmara Municipal o Vereador **Armando Constâncio** prestou alguns esclarecimentos aos deputados. Referindo-se aos lugares da Marinha Grande, disse que durante a sua actividade nunca teve problemas em dar a cara pela população e em se deslocar aos lugares, procurando sempre resolver os seus problemas e que relativamente a isso tinha a consciência tranquila. Esclareceu que havia um protocolo de colaboração, celebrado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Marinha Grande, definindo que a Junta fazia os arruamentos e a Câmara disponibilizaria as máquinas e os materiais necessários, e pelo que sabia a colaboração nunca foi negada. Relativamente às instalações da IVIMA, o vereador lembrou que o problema da droga era complicado e que não era a encerrar ou demolir aquelas instalações, que se resolveria, mas antes a enfrentá-lo de frente. Disse que defendia a criação de “casas de chuto”, de acolhimento, por considerar que a melhor forma de combater o flagelo da droga era permitir que os toxicodependentes se tratassem e cuidassem da sua higiene. No que dizia respeito à estrada da Mata disse que era de facto uma obra estruturante, por permitir vários escoamentos, e que estava contida no Plano de Actividades, e que o problema que se colocava se prendia com a aplicação da legislação actual. Referindo-se às questões financeiras, começou por recordar que no início do ano pôs a concurso uma auditoria externa às finanças do município, uma vez que ao longo de 12 anos teve a responsabilidade da gestão financeira do município e como ia deixar, pretendia que as contas fossem vistas por uma autoridade independente e de prestígio nacional. Deu conta que recebeu os relatórios preliminares e de acordo com o que leu, era dito que em determinadas situações, do ponto de vista administrativo, a Câmara devia ter agido de outra forma. Referiu que esta questão estava relacionada com a estrada da Mata, uma vez que não se tratando de obras municipais, não podiam ser realizadas com dinheiro da Câmara, pelo que, tiveram que arranjar artificios com a Direcção Geral de Florestas. Disse que foi um concurso lançado pela Câmara, e que a auditoria detectou aquela situação como uma irregularidade sob o ponto de vista financeiro e jurídico, por ser ilegal executar obras em propriedade alheia, ainda que servissem o interesse público. Relativamente à rotunda junto à Portela, referiu que havia outra solução possível na sequência de alguns projectos urbanísticos desenvolvidos para aquele local, que passava por uma inserção na perpendicular. Esclareceu que as queixas dos moradores que os jornais divulgavam, derivavam de alguém que nem sequer ali residia, mas que devido à sua actividade, de cobrador, como circulava de bicicleta, para não dar a volta, tinha que transpor lancis. Ainda relativamente às questões financeiras, desmistificou o discurso de que a Câmara estava numa situação de ruptura, explicando que o facto de a Câmara ter esgotado a capacidade de endividamento, significava que antecipou obras de investimento, originado por o Governo anterior ter reduzido para metade a capacidade de endividamento das autarquias. Acrescentou que o que se passou com algumas autarquias, nomeadamente, Leiria, é que não esgotaram a capacidade de endividamento mas tinham milhões de contos ao abrigo de contratos especiais, que não eram considerados para o endividamento, como por exemplo o Euro 2004, habitação social, assim como dívidas a fornecedores de curto prazo, o que, na sua opinião, era causador de distúrbios de tesouraria. Reforçou que a Câmara da Marinha Grande, do ponto de vista da estabilidade e do equilíbrio das contas do município, era uma das melhores. Referiu que uma situação que podia ser preocupante, se prendia com a quebra nas despesas de capital e o aumento das despesas correntes, significando que se gastou menos em despesa corrente para investir. No respeitante ao bairro do Camarnal, referiu que era devido ao não realojamento das pessoas em tempo oportuno que os espaços se tinham degradado, muitas vezes pela falta de coragem política de retirar as pessoas das

barracas em que habitavam, por isso ser gerador de embaraço político e de clima de agitação.

O Vereador **João Paulo Pedrosa** esclareceu a questão dos subsídios. Referiu que nenhum dos subsídios atribuídos foi dado fora do Plano de Actividades e que uma vez que era no mês de Agosto que procediam à distribuição dos subsídios anuais aos clubes, considerava que era natural que de Julho a Agosto tivesse aumentado. Reforçou que em Agosto a Câmara também atribuiu os subsídios para material pedagógico das escolas, bem como os subsídios às colectividades, nomeadamente, àquelas que serviam o serviço de cantina, como por exemplo, Comeira, Trutas, entre outras. Acrescentou que para além das já citadas, no âmbito do programa de modernização das colectividades foram também atribuídos subsídios. Esclareceu que algumas colectividades, por não terem a situação regularizada junto das Finanças, receberam os respectivos subsídios mais tarde, após provarem ter regularizado a sua situação. Explicou que foi considerado ainda um determinado montante a atribuir através de subsídios às escolas, para compra de consumíveis, papel, entre outros, para o que estava definido um determinado valor por cada escola. Por fim, apresentou uma explicação em nome do Vereador Joaquim João Pereira, pelo motivo de terem alterado a data do almoço alusivo ao Dia Internacional do Idoso. Referiu que dado o período eleitoral vivido, consideraram preferível alterar a data do mesmo para depois das eleições, passando para o dia 16 de Outubro.

O deputado **António Mendes** recordou que colocou algumas questões que não obtiveram resposta.

O deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande, **Francisco Duarte**, agradeceu ao vereador Armando Constâncio, por graças ao seu empenhamento e apesar das dificuldades, ter proporcionado que a relação Junta de Freguesia da Marinha Grande e Câmara Municipal, funcionasse razoavelmente bem. Relativamente à responsabilidade da Junta de Freguesia da Marinha Grande pelas estradas, esclareceu que a Junta era responsável apenas por aquelas que eram em tout-venat, tendo constatado que as estradas mais degradadas eram sobretudo as situadas nos lugares, já pavimentadas em alcatrão. No que dizia respeito ao problema dos toxicodependentes e nomeadamente ao que se passava na IVIMA, começou por recordar que em tempos funcionou uma rede social em que se incluíram diversas forças vivas com intervenção na vida pública do Concelho, que se empenharam na tentativa de resolução de problemas relacionados com a droga. Referiu que surgiram propostas no intuito de recuperação dos toxicodependentes que frequentavam a IVIMA, procurando que se criassem espaços próprios, com cozinha, sala de estar, casa de banho, e um médico que fosse lá com alguma regularidade, procurando que assim houvesse condições para lhes dar uma refeição e abrigo. Esclareceu que a resposta do vereador do pelouro à proposta, era que a Câmara não conseguira que o processo avançasse, mas que ainda não perdera a esperança que aquele projecto fosse possível. Seguidamente questionou a Câmara se já tinham iniciado as obras para a recuperação do Centro Histórico, e se a rua Alexandre Herculano também estava integrada. Questionou também sobre o projecto de recuperação da Praceta da Ordem, querendo saber se era um projecto novo ou se era aquele que em tempos esteve exposto. Referindo-se à questão dos subsídios, comentou que naquele ano a sua distribuição foi efectuada de maneira diferente dos anos anteriores, e que havia uma alteração de comportamentos por parte da Câmara. Referiu que determinada colectividade que conhecia recebeu para uma actividade desportiva um

subsídio de 120€ durante o ano inteiro e agora para um Concurso de pesca recebeu 800 €, o que revelava uma diferença na atribuição de subsídios.

Findas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao público presente, informando que dispunham de 5 minutos e que dissessem o seu nome.

O **Sr. Manuel Calvete** referiu-se à reportagem da SIC, onde foi denunciada a precariedade na saúde na Marinha Grande a nível das deficiências no funcionamento do Centro de Saúde na Marinha Grande, considerando que denegriu a imagem do Concelho. Comentou que passados 31 anos do 25 de Abril, era lamentável que não tivéssemos um Serviço Nacional de Saúde que funcionasse e que se exigia de facto melhor saúde e mais saúde para os cidadãos. Acrescentou que a Moita tinha passado para 1º plano no Concelho da Marinha Grande, felicitando pelo novo Centro de Saúde que já se encontrava a funcionar. Referiu apenas que lamentava que relativamente ao Pilado e Garcia, distantes da Marinha Grande e a maior distância que a Moita, fossem considerados marinhenses de segunda, não tivessem as mesmas condições que as populações da Moita, uma vez que o Centro de Saúde da Garcia se encontrava encerrado há 3 meses e que à data nenhuma solução foi encontrada.

O **Sr. Francisco Soares**, da colectividade de Casal Galego, apresentou alguns agradecimentos ao executivo que se encontrava a cessar funções, saudando de uma maneira geral todos os deputados. Começou por se dirigir ao Vereador Armando Constâncio, de quem era amigo, pelo facto de nunca lhe ter negado qualquer colaboração para com a sua colectividade. Dirigindo-se ao vereador Dr. João Paulo Pedrosa, disse também que foi incansável, apoiando todas as iniciativas desenvolvidas pela colectividade de Casal Galego, nomeadamente, a FAG, a qual considerava que era uma grande iniciativa para o Concelho, que dava nome à Marinha Grande. Seguidamente, referiu-se ao problema da droga, dizendo que devia ser combatido com ideias fixas, criando-se sítios próprios e dignos para que se fizessem tratamentos aos toxicodependentes. Neste sentido, solicitou ao próximo executivo que viesse a ser eleito, que lutasse por esta causa e que combatesse situações como a existente na IVIMA.

O **Sr. Manuel Pereira** referiu-se, enquanto Dirigente Sindical dos trabalhadores da autarquia da Marinha Grande, à questão das contagens de tempo de alguns trabalhadores, situação que já se vinha a arrastar há muito tempo, informando que a Câmara continuava a levar os processos de alguns trabalhadores, que decorriam em Tribunal, até às últimas instâncias. Esclareceu que havia trabalhadores que vinham reivindicando os seus direitos à autarquia, aguardando as decisões do Tribunal e que em algumas situações isso significaria uma alteração nos seus salários em cerca de 15€, o que era significativo, uma vez que alguns tinham vencimentos entre os 400€ e 500€. Acrescentou que tendo em conta o que foi dito sobre a situação financeira da Câmara, que era saudável, não havendo aquele possível entrave, considerava que se devia ultrapassar aquela questão e que era altura da autarquia colocar os trabalhadores no posicionamento adequado em termos de carreira. Por fim, solicitou à Câmara que disponibilizasse tempo para resolver os problemas dos trabalhadores.

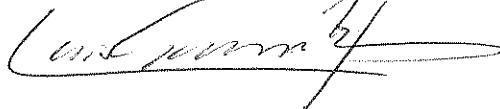


O Sr. **Eduardo Lino** começou por saudar os deputados e vereadores que iam cessar funções após as eleições autárquicas. Seguidamente disse que lamentava alguma mudança de comportamentos que estava a ser tomada, nomeadamente, a alteração da data de realização do almoço dos reformados, uma vez que se tratava de uma realização anual que era sempre feita naquela data e que as razões não podiam ser a aproximação das eleições e o facto de se estar em período de Campanha Eleitoral. Por fim, congratulou a Câmara pela magnífica obra executada em cumprimento das suas promessas eleitorais, que era o Parque de Campismo da Praia da Vieira.

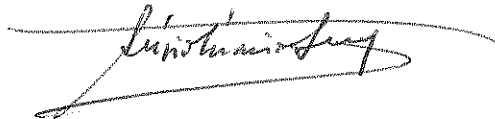
Findas as intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou a presente acta à votação resultando a sua aprovação por unanimidade com 22 votos a favor.

Por nada mais haver a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada, pela uma hora e quarenta minutos, a sessão, cuja acta será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal



O 1º Secretário



O 2º Secretário

